



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XII — N.º 125 — SÃO PAULO, JANEIRO DE 1968 — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. —

Democratas Portugueses da América Dirigem-se ao Conselho de Segurança

MOZAMBIQUE



F
R
E
L
T
M
O

Fac-símile de um folheto editado pela Frente de Libertação de Moçambique, comemorando três anos de luta armada.

O QUE SE PEDE:

- A RETIRADA DE 120.000 SOLDADOS DAS COLÓNIAS
- A CONDENAÇÃO DA INTERVENÇÃO INDIRECTA NA NIGÉRIA
- QUE A ALEMANHA FEDERAL SEJA ADVERTIDA PELO APOIO A SALAZAR
- A APLICAÇÃO DE SANÇÕES AO GOVERNO COLONIALISTA DE LISBOA

A exemplo de anos anteriores, as organizações democráticas portuguesas da América, após os necessários entendimentos, redigiram um Memorial sobre a questão colonial e enviaram-no ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Acompanhando esse documento, a Unidade Democrática Portuguesa, em nome das entidades signatárias, dirigiu-se ao presidente da XXII Assembleia Geral, embaixador Cornelius Manescu, solicitando que cópias do Memorial fossem distribuídas a todas as delegações por se tratar de um problema recém discutido pelo conselho.

No Brasil, o Memorial dos democratas portugueses mereceu a melhor atenção da imprensa, tendo sido publicado na íntegra por órgãos com o prestígio do "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro. As agências noticiosas internacionais divulgaram largos extractos do importante documento.

O MEMORIAL

O texto elaborado pelas organizações democráticas portuguesas é do seguinte teor:

I — O povo português, submetido há 41 anos a uma ditadura

fascista que o priva do exercício dos direitos e liberdades fundamentais constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, continua impedido de manifestar nas Assembleias Internacionais o seu repúdio pela política de genocídio e de guerra praticada em África pelo governo que o oprime.

II — A oposição do povo português à guerra colonial em que se acha envolvido desde 1961 exprime-se através de uma série de fatos amplamente divulgados pela imprensa internacional. A Comissão de Descolonização das Nações Unidas ouviu já a esse respeito numerosos oficiais e soldados que desertaram do Exército Português, registrando os seus depoimentos. Em Portugal, a luta contra a guerra traduz-se em greves, manifestações de protesto, tumultos verificados na ocasião de embarque de tropas para as colónias, num aumento acelerado da emigração dos jovens e numa campanha permanente contra a presença de bases militares estrangeiras em território português.

III — Existe hoje ampla documentação internacional sobre os crimes de guerra praticados pelo fascismo português em Angola, Guiné-Bissau e Moçambi-

que. Os democratas portugueses do Brasil, ante as últimas monstruosidades dos militares salazaristas, levaram esses fatos ao conhecimento do Tribunal organizado por Lord Bertrand Russell e receberam tanto deste como do escritor Jean Paul Sartre e de outros membros eminentes daquele Córte uma ampla solidariedade à luta travada pela denúncia desses crimes, que constituem uma vergonha para a humanidade civilizada.

IV — O governo de Salazar continua desenvolvendo em África, de modo sistemático, uma política que representa uma ameaça à Paz mundial. As violações de fronteiras praticadas pelas tropas portuguesas são constantes e acompanhadas com frequência de atos de agressão direta contra populações indefesas, como o comprovam queixas apresentadas pelas Repúblicas do Senegal, de Zâmbia, do Congo Brazaville e do Congo-Kinshasa. Acha-se igualmente provada a intervenção do governo de Salazar nos assuntos internos da República da Nigéria, através do treinamento de mercenários e do fornecimento de armas e munições aos sediciosos de Biafra.

V — Desrespeitando as Resoluções do Conselho de Segurança de 31 de Julho e de 12 de Dezembro de 1963 e a Resolução da Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 1965, vários governos continuam sustentando a escalada de guerra do governo fascista de Salazar, comprometendo gravemente a causa da Paz em África. A República Federal Alemã, de modo ostensivo, fornece a Salazar as maiores facilidades para a aquisição de material de guerra e financia também o desenvolvimento da indústria bélica em Portugal.

Ante os fatos expostos, os signatários, democratas portugueses radicados no Continente Americano — no qual vivem dois milhões de portugueses — renovam o seu apoio às Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral que condenaram o colonialismo do governo de Salazar e pediram a auto-determinação e a independência dos territórios que Portugal administra em África. E, para que os altos objectivos em vista sejam atingidos, sugerem:

a) Que o Conselho de Segurança, como primeiro passo para o restabelecimento da paz em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau exija do Governo de Salazar a imediata retirada dos Exércitos que mantém naqueles três países e que constituem hoje a mais numerosa força militar na África ao Sul do Sahará, com um efetivo superior a 120.000 homens;

COISAS DE COMENDADORES

Organizações democráticas portuguesas com sede em seis países americanos enviaram em Dezembro ao presidente do Conselho de Segurança o memorial que publicamos na 1.ª página, documento em que reafirmam uma vez mais a sua posição de combate à guerra colonial e a favor da autodeterminação e da independência de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau. Não é a primeira vez que tomam semelhante iniciativa. Desde 1962, que as mesmas organizações, após as necessárias consultas entre os seus dirigentes, vêm elaborando textos sobre o grave problema, endereçando-os ou à Assembleia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. As personalidades mais destacadas da emigração democrática têm assinado esses documentos.

Não se trata, portanto, de uma iniciativa com características novas, mas da reafirmação coletiva de um ponto de vista unitário a refletir com meridiana clareza a repulsa unânime dos democratas portugueses pelo colonialismo, vivam eles no Brasil, na Argentina, na Venezuela, no Uruguai, nos Estados Unidos ou no Canadá.

Essa evidência não foi captada pela cúpula fascista da colónia. Irados com a ampla divulgação oferecida ao Memorial pela imprensa brasileira, decidiram-se os senhores comendadores a elaborar, por sua vez, um texto que se propunha rebater as posições expressas no remetido ao Conselho de Segurança pelo setor democrático da emigração americana. Esse documento officioso, como era de esperar, só encontrou acolhimento nos jornais financiados pela Embaixada de Salazar. E com ele não perderíamos tempo se não fôra a ameaça dos seus signatários — um pomposo Conselho Superior da Colónia Portuguesa do Brasil e uma Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras — de que se acham vigilantes e resolvidos a reprimir

(sic) "quaisquer movimentos, partam eles donde partirem, que atentem contra a segurança e indivisibilidade da Nação Portuguesa". Traduzido esse jargão fascista para português claro, ficamos sabendo que a cúpula da colónia está disposta a reprimir os movimentos anticolonialistas no Brasil e no resto da América. Que a PIDE tem elementos seus entre os dirigentes dos Conselhos e Federações que são um prolongamento da Embaixada de Salazar no Rio não constitui segredo. Mas estamos no Brasil, deste lado do Atlântico, e parece-nos demasiada insolência a dos pupilos do major Silva Paes, querendo atingir-nos em país estrangeiro. Que saibamos, o governo brasileiro não autorizou o aparelho de repressão da PIDE a confessar publicamente a sua instalação aqui e as suas actividades à frente da Colónia... Arreganhos desses não nos amedrontam.

Quanto ao mais, queremos lembrar um fato e deplorar uma omissão. Os senhores comendadores, noviços nestas andanças, não sabem ler. Grande terá sido a surpresa dos serviços da Secretaria Geral das N. U. ao receber a carta que lhe enviaram. Na realidade, os democratas portugueses dirigiram-se ao presidente do Conselho de Segurança e não ao sr. Thant. Enderêço errado, srs. comendadores! A omissão a que aludimos é a falta de um professor primário à frente do Conselho Superior da Colónia Portuguesa do Brasil. A carta dos senhores comendadores contém mais erros de linguagem e de gramática do que linhas. Um modesto mestre escola ter-lhes-ia poupado a vergonha inerente à revelação do analfabetismo que campeia nos escalões superiores da colónia. A Embaixada pode e deve eliminar essa lacuna. A digna e operosa colónia portuguesa não merece ter como seus dirigentes indivíduos de tal quilate.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

(Continua na pág. 7)

PORQUE SOMOS ANTI-IMPERIALISTAS O REI É PAI

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA

FRANCISCO VIDAL

Para o nosso povo, é uma necessidade urgente, é uma necessidade vital o desenvolvimento da sua consciência e acção anti-imperialistas.

A utilização de Portugal da juventude portuguesa, do exército e das forças armadas do país, como instrumento servil e barato para a realização em África das mais infames e baixas tarefas colonialistas do imperialismo;

a pilhagem das riquezas nacionais, das matérias primas, do solo, do sub-solo e do próprio sol português, pelo imperialismo estrangeiro;

o aumento da intensidade de trabalho e a acentuação da exploração da classe operária portuguesa, o estrangulamento da pequena e média lavoura totalmente desprotegidas, a par da expropriação de milhares de artesãos e industriais, vítimas da mesma invasão do capital estrangeiro, que de tudo põe e dispõe como se se encontrasse em terra conquistada;

a transformação de Portugal num mercado subserviente dos países capitalistas avançados, ano após ano agravada pelo crescente saldo negativo da balança comercial;

a procura de um pretenso equilíbrio financeiro, à custa de mais importações de capitais estrangeiros e da exportação da miséria, da exportação de 100 mil trabalhadores portugueses em cada ano, convertidos à força, por um lado, em mão de obra barata, a domicílio, para os monopólios estrangeiros e, por outro, numa fonte artificial de divisas para o capitalismo português;

a aceleração da entrega do território nacional e também colonial para sede de bases militares estrangeiras;

a total dependência da política externa portuguesa não só das potências imperialistas estrangeiras no seu conjunto, mas até já dos interesses mesquinhos, imediatos e por vezes contraditórios, de um punhado de grandes empresas de outros países;

— Tudo isso está aí, para mostrar a cada momento a trágica situação resultante da dependência do imperialismo, em que as classes dominantes da sociedade portuguesa, a reacção e o governo de Salazar, para tentarem fazer sobreviver os seus privilégios, lançaram a nossa Pátria e o nosso povo.

Hoje, para varrermos o fascismo de Portugal, para recuperarmos a nossa liberdade, para conquistarmos a democracia, para assegurarmos pão, paz e trabalho para os portugueses, não chega que o nosso povo seja anti-salazarista no sentido mais estreito da palavra.

O Estado salazarista, não é só o Estado de Salazar e da PIDE, o Estado de um punhado de fascistas criminosos e corruptos. É, sobretudo, o instrumento de coacção das classes monopolistas dominantes que dependem ostensivamente do imperialismo estrangeiro.

Sem que uns e outros sejam afastados do poder, sem que sejam prontamente desmontados os actuais mecanismos da dominação imperialista e monopolista sobre o nosso país, a começar pela guerra e pilhagem co-

loniais, não poderá haver nem democracia, nem progresso económico e social, em Portugal.

Por isso, nós combatemos como irreais, como falsas, como susceptíveis de conduzirem as forças populares e democráticas a um beco sem saída, as teorias daqueles demócratas portugueses que tantas vezes repetem: "sejamos desde já, só anti-salazaristas. Opunhamo-nos só ao governo de Salazar e, sobretudo, procuremos ter para essa acção o apoio das potências ocidentais. Vamos por fases. O resto, resolve-se depois".

O resto, o resto, para quem luta e resiste, é, na realidade, o início, o ponto de partida.

Não se pode querer lutar contra o governo de Salazar e pretender poupar ao mesmo tempo, no campo dos princípios e na prática imediata, a política salazarista, designadamente, a sua política de dependência e traição nacional. Não se pode querer lutar contra uma política de opressão nacional, sem se pretender ganhar, na acção e na luta, para a política oposta, para a política democrática e de libertação nacional o apoio e a participação activa do povo. Tal como não há força democrática portuguesa, que se queira bater decididamente, sem embustes e sem limitações pela liberdade

do povo e para o povo, que não tenha que enfrentar, que não tenha desde logo contra si, o fogo de mil e uma formas de pressões, o fogo das balas de cellofane ou de aço das forças monopolistas e imperialistas, ciosas dos interesses que roubaram a Portugal, à custa de opressão do nosso povo, durante 41 anos de fascismo.

Por isso, é justo e urgente, apelar e apelar incansavelmente, ao nosso povo e às forças democráticas portuguesas a reforçarem, não apenas em palavras, mas na acção, a sua unidade contra a ditadura fascista, contra a ditadura da dominação estrangeira.

Saber reconhecer com realismo, com coragem, os principais amigos e os principais inimigos, é a primeira necessidade, o primeiro dever de um anti-fascista.

Se não soubermos ver a cada passo, que do nosso lado da barricada estão todas as forças patrióticas e que do outro lado, do lado dos inimigos da nossa democracia, está o imperialismo estrangeiro, corremos o risco de, na primeira curva da nossa História, tendo a liberdade ao nosso alcance, continuarmos presos, enleados, dominados, pelo mesmo inimigo que hoje puxa os cordeis dos marionettes salazaristas: o imperialismo estrangeiro.

Nasce uma Guiné Nova - I

DAKAR — (Do correspondente) — As crianças de uma das escolas-internato do Norte foram passar um mês de férias de verão a uma praia fora do país. Era a primeira vez que a quase totalidade dessas crianças saía do mató. Elas chegam aqui cantando entusiasticamente as canções revolucionárias que nasceram no povo desde o princípio da luta. Estas crianças constituem sem dúvida uma juventude especial.

Os bombardeamentos de que foram e serão alvo são numerosos, assim como as emboscadas, sem falarmos já das dificuldades da vida em regiões desprovidas de todos os confortos modernos. Por mais espantoso que pareça, tudo indica que os comandantes fascistas erigiram estas e outras escolas em objectivos essenciais a destruir.

De resto, a ideologia fascista da luta prevê os escrúpulos que golpes dessa natureza poderiam levantar em consciências menos dóceis e assim, numa circular dos comandos que caiu nas mãos do P.A.I.G.C. e que vem reproduzida num livro recente sobre a luta armada em África (publicação da Maspéro), o problema é resolvido: os nacionalistas escudam-se com o povo e por isso a morte de inocentes é inevitável e não pode diminuir a eficácia da acção repressiva.

O secretário-geral do P.A.I.G.C., Amílcar Cabral declara num dos seus informes que o número de crianças escolarizadas era, nas regiões libertadas, 4 vezes superior em 1966 ao de todos os alunos da Guiné antes da luta. Deve ser essa a razão do ódio que os colonialistas votam à escola modelo e a estes alunos. Compreende-se bem a raiva e a confusão de um comandante fascista que conseguiu prender 3 alunos — dos quais dois fugiram — durante o interrogatório a que os submeteu.

Vocês têm livros? Pergunta.

Não — responderam as crianças.

Mas então porque é que não vêm para as nossas escolas se nem sequer vos dão livros!? A resistência das crianças a colaborar com o inimigo transcendia-o talvez. E na verdade o traço característico desta juventude que assistiu já a tantas mortes de gentes pacíficas e indefesas é a vontade apaixonada de participar na luta corajosa, ao lado dos homens, de pegar em armas contra os invasores estrangeiros, contra aqueles sobretudo que mataram, em certos casos, o seu pai, a sua mãe ou toda a família.

Com este título chegou-nos recentemente às mãos um papelucho editado em Portugal por uma organização que se denomina "Liga Popular Monárquica".

É uma beleza! O tal papelucho, talvez por falta de argumentos próprios da Liga que o edita, transcreve alguns períodos de uma obra — a publicar, como informa gentilmente — e que responde pelo nome de "Sociologia Monárquica Portuguesa", sendo seu autor um tal sr. Crespo de Carvalho.

Não conhecemos a Liga, não conhecemos o sr. Crespo de Carvalho e muito menos, é óbvio, conhecemos a tal obrinha do mencionado varão. Mas vale a pena transcrever alguns dos períodos tornados públicos através do tal papel, tecendo sobre eles os poucos comentários que cabem neste artigo, limitado no seu texto pelo espaço disponível, que não é muito.

Seria de resto cansativo glossar "in totum" os díslates dados a conhecer em letra de forma, mas também creio útil não deixar passar tal oportunidade para sobre eles fazer algumas referências ressaltando a evidente obliteração mental daqueles que na nossa terra, depois de quase sessenta anos de ausência de monarquia, sem que haja sequer um pretendente válido —

se é que há pretendentes válidos, o que duvidamos — ainda perdem o seu tempo com divagações bizantinas, querendo "remar contra a maré", alterar o curso da História, regredir na marcha do tempo.

Como início o tal papel do "Rei é Pai" diz-nos que "como portugueses, temos a escolha feita", o que evidentemente representa apenas a opinião do sr. Carvalho e da meia dúzia de portugueses que comungam com as suas idéias. Mas, vale a pena continuar.

Esclarece-nos logo após o sr. Carvalho que "não queremos chefe escolhido a votos porque, se do voto saísse a eleição do melhor, seríamos republicanos", acrescentando: "mas o voto, quanto mais universal fôr mais erra e mais compromissos lança sobre os ombros do eleito" (sic).

Notável, não lhes parece? Quer dizer então que o ideal seria que o tal "chefe escolhido" (que maravilha de definição!), como lhe chama o sr. Carvalho, não deverá arcar com os compromissos que advêm do voto universal; logo, sendo ele indicado por uma clique de meia dúzia de pessoas, é claro que não se sentirá obrigado tão estritamente e os seus compromissos serão poucos ou quase nenhuns, o que naturalmente se constitui numa delícia para quem governa. O sr. Carvalho parece ignorar que isto já existe há quatro décadas em Portugal, sendo o caso do nosso senil ditador que, não tendo sido eleito por ninguém e devendo a sua ascensão e consequente permanência no poder apenas a uma oligarquia que nada representa no contexto da Nação, não tem realmente compromissos nem contas a prestar, o que na realidade ele entende à letra, pois despreza por completo a opinião do povo, os seus anseios, as suas reivindicações. Se nos permitissem usar uma expressão popular diríamos que o tal "chefe escolhido", de resto igual ao caquético ditador lusitano, se "estaria nas tintas" para o que os outros pensassem, pois apenas ele e mais ninguém seria — como se considera o sr. Salazar — o dono incontestado da verdade!

Não podemos alongar-nos muito mais mas não queremos deixar de transcrever ainda alguns períodos do "notável" documento editado pela Liga. Diz ele ainda: "Nas eleições que já tivemos algum eleitor delas tem a convicção segura de conhecer bem quem ia eleger?" Neste ponto estamos de acordo pois desde 1926 que assim é e vai continuar a ser, enquanto o "chefe escolhido", que não sendo rei talvez assim se considere permanente no nosso infeliz Portugal, acumulando asneira sobre asneira com aquela capacidade incomensurável para errar que a Natureza lhe deu...

Termina o papelucho com a afirmação: "é o Rei que é Pai porque a Nação lhe deve Autoria e nós, Povo, lhe damos por isso Autoridade, pelas Côrtes da Nação", acrescentando que "É um Pai não precisa de ser gênio para ser melhor que o tutor, embora talentoso". Já aqui não estamos percebendo muito bem as idéias do sr. Carvalho, pois, dizendo-se que a "Autoridade será outorgada pelas Côrtes", quem elege os membros destas? Um grupo de "eleitores escolhidos"? Quem sabe?...

Outra afirmação de muito

(Continua na pág. 6)

Nolas e comentários

Desvalorização da Libra

Analisando num dos seus programas as causas profundas da desvalorização da libra, a Rádio "Voz da Liberdade" apontava entre outras "a perda de velocidade do capitalismo inglês, do imperialismo inglês, tanto em confronto com os outros imperialismos que lhe roubam mercados e fontes de matérias primas, como em resultado da desagregação do sistema colonial inglês e mundial e da libertação de inúmeros países da tutela imperialista."

Não é efetivamente possível dissociar as causas imediatas da medida do governo do sr. Harold Wilson da política imperialista da Grã-Bretanha. Embora tenha sido a primeira das potências europeias a dar o exemplo de uma aparente descolonização, ela foi também a que mais teimosamente se apegou à ilusão de que poderia manter-se indefinidamente fiel a uma economia parasitária, baseada na existência da Commonwealth e na exportação de capitais tornada possível pelo funcionamento do sistema do gold exchange, em que a libra desempenha o papel artificial de moeda de reserva, ao lado do dólar.

As consequências do gesto a que Londres se viu agora coagida para evitar um desastre financeiro sem precedentes e para tornar competitivas as suas exportações britânicas foram já analisadas exaustivamente pela imprensa mundial especializada. Numerosos países, principalmente aqueles cujas economias dependem em grande parte das exportações para a Inglaterra tiveram de desvalorizar as suas moedas em proporções variáveis. De qualquer modo, as importações inglesas vão diminuir e as exportações aumentar, o que se traduz em maiores lucros para os grandes monopólios e maiores dificuldades para os trabalhadores britânicos, em consequência das medidas de austeridade, especialmente no tocante a salários.

O governo fascista português foi dos últimos a manifestar-se a respeito da iniciativa britânica. Durante dois dias o escudo não pôde ser transacionado no mercado internacional. Esperava-se que Salazar desvalorizasse. Tratava-se de um daqueles casos em que todas as soluções eram negativas. A pressão dos grandes monopólios internacionais fora da área da esterlina — cada vez mais os donos de Portugal — terá sido decisiva. Salazar não desvalorizou. Acabou por decidir manter a taxa de conversão do escudo em relação ao dólar. A decisão veio, porém, acompanhada de declarações hipócritas sobre uma situação financeira pretensamente florescente, quando na realidade o panorama se apresenta extraordinariamente sombrio. Faltou ao fascismo português a coragem que teve por exemplo o governo da Austrália quando confessou que o fato de não desvalorizar o dólar local não evitaria à economia nacional um prejuízo anual da ordem dos 900 milhões de dólares. Não dispomos de elementos que nos permitam calcular o quanto custará ao

povo português a sustentação da taxa do escudo. Mas em face do volume das exportações de Portugal e das colônias para Inglaterra, as consequências da não desvalorização serão muito pesadas para a economia nacional. Segundo a agência United Press, a desvalorização foi defendida por elementos do próprio governo, inclusive pelo ministro da Economia, cada vez mais preocupado com as proporções da inflação. Considera-se nos meios bancários que Portugal será duramente atingido pela decisão de Franco de acompanhar a libra, desvalorizando a peseta ainda em percentagem superior. A indústria do turismo será a mais rudemente afetada, pois os ingleses fornecem quase um quarto das divisas por ela proporcionadas e, doravante, tenderão a prolongar as suas estadas em Espanha, anulando a visita a Portugal. Por outro lado as exportações tradicionais portuguesas de frutas, cortiça, vinhos, conservas, madeiras e sardinhas ficarão em situação de grande desvantagem na competição com produtos similares de países como a Espanha e Israel que desvalorizaram as suas moedas.

A desvalorização da libra é pois um novo pesadelo para Salazar, num ano em que a guerra colonial custará ao País mais de oito milhões de contos e em que as inundações de novembro causaram prejuízos avaliados pela própria imprensa fascista em milhões de contos.

Salazar Expulsa Jurista

O advogado chileno Marino Pozio, da Comissão Internacional de Juristas, depois de ter desembarcado em Lisboa e de ter mesmo conferenciado com advogados portugueses, no sentido da organização das comemorações do Ano Internacional dos Direitos do Homem, foi preso pela PIDE no Hotel em que se instalara, sendo no dia seguinte embarcado à força num avião com destino a Genebra. Acto contínuo, em Genebra, Sean Mac Bride, presidente do Comité das organizações não governamentais para os Direitos do Homem e secretário geral da Comissão Internacional de Juristas, dirigiu um protesto ao Governo de Salazar contra a arbitrária expulsão de Marino Pozio, conselheiro jurídico do secretariado internacional da Comissão Internacional de Juristas. O pretexto dado pelo Governo de Salazar é o de que Marino Pozio teria entrado ilegalmente em Portugal. Ora Marino Pozio não só era portador de um passaporte chileno, perfeitamente em regra, como de um visto passado pelo Consulado de Portugal em Genebra.

É mais do que evidente que o Governo de Salazar não engana ninguém com esta falsíssima explicação. A opinião pública mundial está perfeitamente esclarecida acerca do que são os direitos do homem no regime fascista de Salazar. Os assassinios de longa data, no Campo de Concentração do Terrafal, até aos interrogatórios na sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, são um testemunho irrecusável.

Bento Gonçalves, assassinado no Terrafal, José Moreira, assassinado na sede da PIDE em Lisboa, tal como Ferreira Marques, Militão Ribeiro, assassinado na Penitenciária de Lisboa, o dr. Ferreira Soares, assassinado a tiros de metralhadora em Espinho, o General José Garcia Marques Godinho, assassinado no Forte da Trafaria, o pintor José Dias Coelho, assassinado a tiros de pistola numa rua de Lisboa, o General Humberto Delgado e sua secretária, a cidadã brasileira Arajarir de Campos, assassinados em Vilanueva del Fresno, são entre dezenas e dezenas de outros assassinios, um testemunho suficientemente claro de por onde andam os Direitos do Homem no regime fascista de Salazar.

Pela Abolição da Censura

Duas centenas de intelectuais, professores universitários, escritores, artistas, advogados, dirigindo-se à chamada Assembléa Nacional, pedem a abolição da censura. No documento diz-se que até os debates na dita Assembléa Nacional passam pela censura. E na verdade assim é. Mas é também evidente que os chamados deputados, à chamada Assembléa Nacional, estão de acordo com a censura. Sem ela eles não seriam deputados. Sem ela o fascismo salazarista não existiria. Ela, a censura, é entre as armas de defesa do salazarismo, talvez a mais importante. Vinte e quatro horas de absoluta liberdade de palavra e de imprensa liquidariam o fascismo em Portugal. Há já mais de 40 anos que a censura impede os portugueses de serem eles próprios. Mesmo nos chamados períodos eleitorais, o ditador tem apenas concedido o que é chamado "a liberdade suficiente". Mas não tenhamos ilusões. A luta contra a censura integra-se num quadro bem mais amplo — a luta contra o fascismo salazarista. E é desta luta, em dia próximo vitoriosa, desta luta dos intelectuais, da juventude, e das mais amplas camadas populares — é, em suma, da luta decidida do Povo Português que sairá não só a liberdade de imprensa, como todas as restantes liberdades.

Um Grande Patriota

Pires Jorge, o grande líder operário português que se acha gravemente doente, passou no dia 28 de dezembro os seus 60 anos sob prisão, no Hospital de São João de Deus. A biografia de Pires Jorge é um exemplo de dedicação à causa da libertação do povo português: onze anos de prisão, 20 de luta clandestina e sempre uma dignidade exemplar frente às forças da repressão.

Desde a sua juventude que Pires Jorge defronta o salazarismo: primeiro, foi deportado para Angola; mais tarde, durante a Guerra de Espanha, foi preso em 1936, passou dois anos nas prisões de Franco e depois foi entregue ao salazarismo, tendo passado mais dois anos, até 1940, na Fortaleza de Angra do Heroísmo. Quando alcançou a liberdade, voltou logo à luta contra o fascismo, até 1942, data em que foi outra vez preso. Tendo conseguido evadir-se em 1943, lançou-se na luta clandestina, onde ficou até

dezembro de 1961, durante mais de 18 anos. É então preso pela quarta vez e condenado a dez anos de prisão maior, mais as "medidas de segurança". Hoje, com 60 anos acha-se em precárias condições de saúde, no Hospital, sob prisão.

É dever imperioso dos democratas portugueses, seja qual for o seu maliz político ou religioso, movimentar-se para tentar obter a libertação de Pires Jorge. É uma vida inteira consagrada à luta anti-fascista que se impõe ao nosso respeito

e à nossa admiração. A solidariedade nacional e internacional pode e deve exercer-se fortemente neste caso. Escrevamos pois à Embaixada ou diretamente para a Cadeia de Caxias, exigindo a liberdade de Pires Jorge. Aproveitemos também a data do seu 60.º aniversário para escrevermos para o Hospital São João de Deus, em Lisboa, solidarizando-nos com essa extraordinária figura humana, lídimo representante do nosso povo, no que é de melhor e de mais puro.

CRÓNICA INTERNACIONAL

A Lição da Grécia

JOAQUIM FONSECA

Os pormenores dos acontecimentos que nas últimas semanas voltaram a chamar para a Grécia a atenção da opinião pública mundial são ainda mal conhecidos. A rigorosa censura imposta pelos coronéis da Junta Militar fascista impede a saída de notícias. Mas de tudo o que se passou é possível, no entanto, tirar desde já algumas conclusões particularmente interessantes para os democratas portugueses. Todo o barulho feito em torno da prisão, à última hora, do comandante de uma divisão blindada que estava na conspiração é bastante exagerado. Todos os observadores internacionais estão de acordo quanto a um ponto: o golpe não falhou por ter sido traído por alguns elementos hesitantes, mas por outra razão bem mais decisiva: a falta de apoio popular. O cálculo do rei estava errado. Constantino achava-se firmemente convencido de que um golpe palaciano, vibrado com o apoio de alguns generais e dos chefes políticos dos partidos da direita e do centro, provocaria a adesão das massas. E sabia-se que, dividido o Exército, a insurreição popular seria decisiva.

Mas o povo não se mexeu. A esperada mobilização dos operários de Atenas e Salonica não se verificou. A ligação dos conspiradores com a massa era uma ficção, a sua liderança inexistente. Os operários, os estudantes, os intelectuais, os camponeses gregos tiveram desde o primeiro instante a noção exacta de que aquela "Revolução" não passava de um golpe em que estavam em jogo não os seus interesses, mas sim as contradições que separam os vários segmentos em que se divide na velha Helada a classe dominante. E a quartelada falhou por falta de apoio popular. Os factos não tardaram a dar razão às massas gregas. Os inimigos da véspera já se entenderam. Os retratos do rei voltaram ao seu lugar nas paredes e Constantino e Papadopoulos estão negociando um compromisso, pois são, afinal, vinho da mesma pipa... De um momento para outro, o reinado mudou de linguagem: agora não fala já de democracia e liberdade.

O que se passou na Grécia encerra uma grande lição: o povo apenas se mobiliza e luta quando dirigido pelos seus líderes legítimos, quando se bate realmente pelos objetivos da maioria, pelas aspirações da Nação. E não há Revoluções triunfantes quando o povo delas não participa. É o que, mais do que nunca, devem ter presente certos democratas portugueses que vivem pensando em quarteladas vitoriosas, organizadas à revelia das massas. Não basta contar com os coronéis descontentes, distribuir pastas, preparar programas futuros... e esquecer a existência do povo. Não há revoluções dignas desse nome sem a participação popular. A Grécia acaba de relembrar essa verdade milenar.

BREVEMENTE:

"A Questão Agrária em Portugal"

Um livro que equaciona cientificamente o problema da terra em Portugal

O mais importante e profundo trabalho do género até hoje realizado

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

LUTAS POPULARES

ENFERMEIRAS — As enfermeiras de Lisboa — tanto as dos Hospitais Cívicos como as dos estabelecimentos particulares — continuam dando mostras de grande combatividade na luta pelas suas justas reivindicações. No Hospital da CUF alcançaram significativa vitória. Os doentes vinham pagando ao hospital 300 escudos quando desejavam a assistência de uma enfermeira durante toda a noite, mas a direção do estabelecimento apenas entregava 180 a cada profissional após esse serviço. Em consequência disso, todas as enfermeiras, de prévio acordo, recusaram-se a fazer velas individuais até que lhes fosse paga a quantia integral. No Hospital de Santa Maria reina um clima de tensão entre o pessoal de enfermagem feminino e a direção. Este ano o número de enfermeiras diminuiu de 50 unidades, o que se traduz por um acréscimo de trabalho para o pessoal, sem um correspondente aumento de vencimentos. No Hospital de D. Estefania já fecharam dois serviços por falta de enfermeiras. Os baixos salários são responsáveis pela fuga das enfermeiras dos Hospitais Cívicos do pessoal mais competente.

CARRIS — Na Companhia Carris de Lisboa, a administração mantém-se fiel à política de despedimentos. Mas o espírito de luta do pessoal não foi afectado e não há ameaças que diminuam a combatividade dos funcionários do tráfego. Ultimamente não houve concentrações, mas a cêra continua e atinge tais proporções que os motoristas já receberam uma circular a esse respeito.

TREFILARIA — No fim de setembro, cerca de uma centena de operários da Trefilaria reuniram-se em frente da administração e pediram para ser recebidos. Como não fossem atendidos, promoveram nova concentração dez dias depois, o que alarmou a direção da empresa que decidiu receber uma delegação constituída de cinco operários eleitos pelos companheiros. Formulado em termos precisos o pedido de aumento de salários, os diretores, procurando ser simpáticos, prometeram o aumento para janeiro. O pessoal, entretanto, mostra-se inconformado e pretende intensificar a luta, pois receia que a melhora salarial seja insignificante. A unidade do movimento é quase perfeita.

ALMADA — Os foreiros de Almada continuam resistindo às manobras desencadeadas contra eles. Durante algum tempo, a GNR destruiu as novas construções dos foreiros. Reagindo, estes, em desafio às forças repressivas, passaram eles próprios a queimar as barracas recém-construídas sempre que os guardas republicanos apareciam. Foi então que a viúva proprietária, apercebendo-se da determinação dos foreiros de irem até o fim, decidiu vender-lhes as terras, desistindo de os expulsar. Mas as condições que propôs não foram aceites. Quer 20 contos por cada hectare e os ocupantes não estão dispostos a pagar mais do que o preço corrente na região, isto é, 7 contos. A palavra de ordem é "Não saímos nem compramos!". Os foreiros pedem uma avaliação imparcial dos terrenos. Não querem pagar o que já é deles: as benfeitorias, fruto do seu trabalho.



Grande comício popular numa região da Guiné, libertada pelos guerrilheiros do P.A.I.G.C.

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

MOÇAMBIQUE: UM TESTEMUNHO

"As forças de repressão colonialistas chegaram um dia à minha aldeia; Havia P.I.D.E. e soldados. Mataram a minha irmã que estava grávida, rasgaram-lhe o ventre e extraíram a criança. Depois, mataram um homem e dentro do seu estômago aberto, sempre rindo depuseram o feto. Assassinararam e prenderam ainda muita gente na aldeia e entre os presos encontrava-se o meu pai e um irmão meu de 23 anos. Os prisioneiros foram então levados ao posto administrativo português e desde então mais ninguém os viu. Em seguida queimaram a aldeia. Eu consegui escapar com o meu irmão de

5 anos e escondemo-nos na floresta."

Este testemunho de Joanino Mbawa, atualmente soldado da FRELIMO, é um, entre tantos, tantos que se podem imputar ao criminoso regime de Salazar. **BAIXAS EM COMBATE**

Em Moçambique como na Guiné, em Angola como em Portugal, a opressão, o terror, a força e a miséria são os instrumentos do "desgoverno" de Salazar.

Entretanto a guerra de libertação contra as forças colonialistas prossegue e nem mesmo os "comunicados de guerra" podem esconder toda a verdade. Dêles extraímos um quadro que é bem significativo; referente a um período que vai de 2 de maio a 4 de julho:

	Mortos		Feridos	
	Forças Armadas	Milícias	Forças Armadas	Milícias
Angola	44	49	69	33
Moçambique	30	2	—	—
Guiné	38	4	—	—

Quer dizer, num período de 9 semanas apenas as Forças Armadas sofreram 112 mortos.

Em fins de junho, os jornais sul-africanos "Star" e "Rand Daily Mail" davam notícia das impressões do Estado-Maior português, sobre a guerra. Segundo as Forças Armadas portuguesas, durante os três anos de guerra em Moçambique as tropas portuguesas sofreram mais de 5.000 baixas, em soldados mortos ou feridos; ainda, segundo a mesma fonte, o Exército português teria perdido o controle militar sobre mais de 4.000 milhas quadradas; igualmente confessava que os 40.000 homens efetivos que se encontravam em operações, não conseguiam dominar a situação.

Está-se longe do tempo em que o governo fascista pregava aos quatro ventos que Moçambique era "um Oásis de paz numa África atormentada". **GUINÉ**

Damos em seguida notícia de combates travados pelas Forças Armadas do P.A.I.G.C. durante todo o mês de outubro.

No dia 2 de outubro — Durante um combate contra as tropas portuguesas que se tinham instalado na aldeia de BINÁ-A (zona de Nhacra), os

guerrilheiros infligiram 10 baixas, em homens postos fora de combate e recuperaram treze militantes do Partido que haviam sido presos.

No dia 3 de outubro — Numa emboscada feita pelo Exército Popular na entrada de Mansoa-Mansabá, uma coluna portuguesa perdeu 6 homens e vários ficaram feridos. No mesmo dia, durante um ataque ao terreno de aviação de Béli foram mortos 10 militares portugueses e ficaram feridos pelo menos 15, sob o fogo de bazucas e de armas ligeiras.

No dia 4 de outubro — Na zona de BUBA, o acampamento de Culbia e a aldeia de IERO-EL ocupada pelas tropas portuguesas foram violentamente atacados. Doze casas foram destruídas, 15 homens postos fora do combate e muitos feridos. No mesmo dia, explodiu um jeep, morrendo todos os ocupantes em consequência de uma mina colocada pelos combatentes nacionalistas. Passou-se na estrada de Mansoa-Pôrto Golo.

No dia 5 de outubro — O acampamento entricheirado de CUMBDJÁ foi atacado pelo fogo de canhões e de morteiros que provocaram destruições e desgastes nas instalações mili-

tares, causando a morte de vários soldados portugueses. No mesmo dia, a guarnição portuguesa do campo entricheirado de OLOSSATO registrou vários mortos e feridos e importantes perdas de material, a quando de um bombardeamento com armas pesadas, pela unidade de artilharia das Forças nacionalistas.

No dia 6 de outubro — Nova emboscada na estrada de Mansoa-Mansabá provoca 3 mortos e alguns feridos. Num combate perto de OLOSSATO uma coluna portuguesa sofre várias baixas.

No dia 8 de outubro — Durante um ataque ao campo entricheirado de CANJAMBARI, uma unidade do Exército Regular das Forças Nacionalistas destruiu várias casernas e depósitos.

No dia 9 de outubro — Um caminhão que transportava soldados portugueses foi destruído a tiro de bazuca ficando feridos todos os ocupantes.

No dia 10 de outubro as tropas colonialistas foram obrigadas a se retirarem precipitadamente da aldeia de MANSABA onde pretendiam entrar, deixando quantidade de ração de combate.

No dia 14 de outubro — Uma coluna colonialista que tentava infiltrar-se na zona libertada de SAMBUJA caiu numa emboscada. Foram postos fora de combate 12 soldados e as forças do P.A.I.G.C. recuperaram dois aparelhos de rádio.

No dia 24 de outubro — Um contingente das tropas colonialistas portuguesas sofreu pelo menos 8 mortos e 3 feridos num combate próximo de CACHEU. Deixou no terreno 3 cadáveres não identificados, 3 PM-G3 e algumas espingardas Mauser.

No dia 25 de outubro — Três caminhões com tropas colonialistas foram completamente destruídos durante uma emboscada na estrada de CACINE. No mesmo dia em que a aviação portuguesa bombardeava criminosamente as populações da zona libertada de BÓTCHESSANSA, uma unidade do Exército Popular atacou uma guarnição colonialista do campo entricheirado do MEDJO, infligindo-lhe enormes perdas em homens e material.

CRIMES DA GUERRA COLONIAL

Hoje vamos falar de mais um crime de guerra, de mais uma monstruosidade, em que novamente militares portugueses mancharam vergonhosamente a sua farda, renegando-se a si mesmos como homens e comportando-se como autênticas bestas assassinas, como verdadeiras feras à solta.

Entre agosto e setembro deste ano, forças do Exército Colonial atacaram uma aldeia perto de Negage, no norte de Angola e massacraram duzentas e cinquenta pessoas, homens, mulheres e crianças.

Sim, Amigos, Companheiros e Camaradas, é isto o que se está a passar em Angola. É a isto que conduz a guerra colonial. O mais grave não é morrer ou ficar mutilado; o mais grave é ficar moralmente estropiado, é o ser transformado num assassino e num criminoso de guerra, pela prática constante do crime e da violência. Os que são capazes de descer a uma tal baixaria, perdem-se como homens. Os que são capazes de praticar tais crimes, não defendem apenas o Povo angolano; ofendem-se a si próprios, suicidam-se moralmente, matam o que cada homem tem de mais essencial dentro de si. E ofendem também o Povo Português. Ofendem a ti, português que nos escutas, pois é em teu nome, é em nome do nosso Povo e da nossa Pátria, que tais crimes são praticados.

Em nome de Portugal se faz a guerra. E em nome da guerra se perde Portugal.

PORTUGUESAS! PORTUGUESES!

É tempo de dizer basta! É tempo de assumirmos as nossas próprias responsabilidades. Perante o que se está a passar na guerra, não basta a simples condenação moral, não basta a simples solidariedade de princípio com os Povos irmãos de Angola, Guiné e Moçambique; é preciso opôr à guerra uma resistência concreta.

É preciso organizar manifestações, revoltas, actos de sabotagem!

Que do Norte ao Sul de Portugal se levante um clamor de revolta contra a guerra!

Que de todas as bocas portuguesas saia o mesmo grito, o mesmo protesto, a mesma exigência patriótica: **ABAIXO A GUERRA COLONIAL!**

(Transmitido pela «Rádio Voz da Liberdade», Argel).

ENVIE ÊSTE JORNAL PARA PORTUGAL

O Combate dos Estudantes

LISBOA (Do Correspondente) — Embora enfrentando condições extremamente difíceis, dada a violência da ação repressiva, o movimento estudantil continua muito activo, revelando uma combatividade crescente.

O Governo, demonstrando haver aprendido que o tipo de política adoptada por Paulo Cunha o levaria a novas derrotas mudou de tática e trata agora de desarticular o movimento estudantil através da captação dos elementos menos firmes. O decreto que reorganiza os centros universitários de Lisboa é no momento o centro de todas as manobras envolventes em curso. Quem dirige essa campanha é o dr. Madureira, vice-presidente dos Serviços Sociais, já conhecidos entre os estudantes como os SS. Durante as últimas férias, as autoridades fascistas promoveram a criação pelos SS de um "curso de doutrinação" para a "formação de dirigentes associativos". Na realidade, trata-se de uma reedição, com algumas adaptações, dos desacreditados cursos de "formação corporativa" para dirigentes sindicais. O curso dura três meses durante os quais os alunos ganham uma mensalidade de 1.500\$00. Mas caso os alunos não consigam, findo esse prazo, arranjar emprego, voltam a frequentar outro curso, com o mesmo ordenado. Finalmente, na hipótese de não encontrarem ainda trabalho, os SS garantem-lhes emprego nos seus próprios serviços. A intenção de corromper os estudantes, comprando-os é clara. Daí a vivíssima reacção da maioria dos jovens universitários contra a manobra governamental e o desprezo a que são votados todos os que aceitam os favores dos SS.

Por outro lado, o governo

quer fazer reviver a moribunda Mocidade Portuguesa. No Instituto Industrial pretende-se criar um centro circum-escolar da MP e para o manter tenta-se forçar os alunos a pagarem 65 escudos. Ante a recusa da maioria, o Reitor mandou afixar um ultimatum ameaçando com "medidas disciplinares" os resistentes. Entretanto, como estes são a maioria e defendem a Associação — à qual a MP quer substituir nas suas funções — nenhum estudante foi punido até agora.

A opinião pública suíça contra Salazar

BERNA (Do Correspondente) — A opinião pública suíça tem ainda um conhecimento bastante deficiente das realidades do fascismo português. A tendência do cidadão comum é para associar Portugal a belas imagens turísticas.

Últimamente, entretanto, mercê sobretudo do trabalho de esclarecimento realizado

Poesia de Resistência

PORTUGAL DEMOCRÁTICO tem inserido muitas vezes referências a publicações estrangeiras que divulgam trabalhos de intelectuais portugueses que usam a poesia como instrumento de denúncia do fascismo. Ainda em nossa última edição citámos o caso de "Reactions", publicação patrocinada por Friederich Durrenmatt e Henri Guillemin, que em seu último número publicou trabalhos dos mais destacados poetas de resistência de Portugal.

Agora chega-nos às mãos o mensário "Poet" — fevereiro-março de 1967 — que inclui uma série de poemas de autores portugueses sobre temas relacionados com a luta do homem pela liberdade. Ao lado de nomes como Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro, Teixeira de Pascoaes, Luis de Montalvor, Camilo Pessanha e Florbela Espanca, figuram nessa pequena antologia de poetas contemporâneos Adolfo Casais Monteiro, João José Cochofel, Vitorino Nemesio, José Gomes Ferreira, Miguel Torga, Carlos Oliveira, Egito Gonçalves, Armindo Rodrigues, Papiniano Carlos, Luis Veiga Leitão, Francisco Miguel, Virgílio de Oliveira, Carlos Maria de Araújo, António Borges Coelho, Eduino de Jesus, Alcides de Campos, Jonas Negalha Fernando Lemos, José Regio, Armando Côrtes Rodrigues e outros.

A introdução é de Jonas Negalha e a tradução para o inglês foi feita por ele próprio coadjuvado por Judite Negalha, Sizue Imanishe e Elena Mac Innis. "Poet" é editada em Madrastra, na Índia.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

por democratas portugueses residentes neste país, essa situação principia a modificar-se, principalmente nos cantões de língua francesa. Recentemente constituiu-se em Lausanne um Comitê para a Amnistia aos Presos Políticos Portugueses com objetivos idênticos aos existentes em vários países europeus e americanos. Dessa entidade fazem parte personalidades como o poeta Jean Villard, o escritor Edmond Gillard, o jornalista Simone Hauert, o historiador Marc Vuileumier, o deputado dr. Bosia, Max Frish, e numerosos professores universitários e parlamentares de prestígio.

A fim de expôr as próximas iniciativas do Comitê, Mme. Simone Hauert e outros dirigentes da entidade convocaram a imprensa e fizeram aos seus representantes uma circunstanciada exposição sobre a conjuntura portuguesa, chamando de modo especial a atenção para os aspectos ligados ao terror policial, pedindo a colaboração dos jornalistas para a cobertura da Mesa Redonda sobre o problema da Amnistia em Portugal que se realizará em Lausanne em fevereiro do próximo ano.

Apêlo aos Leitores

Apesar da vigilância mantida pela censura fascista são numerosas as cartas que, por várias vias, nos chegam de Portugal com palavras de apoio e estímulo. Saber que "Portugal Democrático" é lido e apreciado em Portugal constitui para nós a melhor recompensa para todos os esforços e sacrifícios que a sobrevivência deste jornal exige.

Acreditamos, porém, que um maior número de exemplares poderia chegar a Portugal se os assinantes colaborassem na campanha de expansão do nosso jornal. Não lhes pedimos nada de especialmente difícil.

O envio do jornal inteiro, pelo correio, é desaconselhável, pois a censura tem por hábito abrir as cartas demasiado volumosas. Mas uma fôlha do jornal, mesmo numa carta por via aérea, passa pelas malhas da PIDE. Em quatro cartas à família ou a um amigo vai o jornal inteiro! Esse exemplar pode ser reconstituído e lido, em Portugal, por dezenas de pessoas.

Bastaria que trezentos assinantes atendessem este nosso apêlo para que uns 5.000 portugueses pudessem ler, do outro lado do Atlântico, esta tribuna de combate ao fascismo.

O pedido aqui fica. Esperamos que, como tantos outros, encontre a compreensão dos nossos inúmeros amigos.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

MILHARES DE SINISTRADOS CONTINUAM SEM SER SOCORRIDOS

"Incapacidade, orgulho, desprezo pelo povo, tais são as críticas que se ouvem com mais frequência em Lisboa em relação ao regime de Salazar, após as inundações catastróficas do último sábado", segundo relata a Agência Associated Press.

As personalidades melhor colocadas para saber o que se passa e de modo especial os jornalistas censuram amargamente ao Governo o ter sido colhido desprevenido pela catástrofe e o haver-se mostrado incapaz de ajudar efectivamente as vítimas. Criticaram-no também por ter estabelecido uma censura drástica sobre todos os meios de informação, a fim de serem apenas publicados comunicados tranquilizadores e ainda por ter recusado o auxílio da Cruz Vermelha Internacional num momento em que as autoridades demonstram estar superadas pelos acontecimentos e quando milhares de pessoas continuam sem pão, sem água potável e sem abrigo em bairros miseráveis.

"O governo tenta dissimular os factos porque é demasiado orgulhoso para admitir que tem necessidade de ajuda", declarou um jornalista que não foi autorizado a publicar um editorial denunciando as insuficiências do regime. "É demasiado orgulhoso para admitir que foram cometidos erros pela simples circunstância de não se ter previsto uma situação como esta e para reconhecer que não dispõe dos homens, do material e dos viveres bastantes para auxiliar as vítimas".

Os jornais, as lojas e a rádio não podem publicar senão resumos genéricos do desastre que fez 427 mortos — balanço desconhecido do público — e não devem descrever longamente as provações dos sobreviventes. Não se faz praticamente menção da ameaça do tifo e qualquer crítica, mesmo a mais leve, é implacavelmente censurada. Só na terça-feira foi possível alcançar por estrada Alenquer, a localidade mais ao norte do vasto rectângulo de destruição.

"O governo publica um número considerável de comunicados magníficos, anunciando a notável ajuda que fornece, mas não vi chegar nada ainda", declarou um médico. Sabe-se por outro lado que a polícia política de Salazar, a PIDE, prendeu 16 pessoas como sendo "agentes subversivos". Acusam-nas de ter "tentado semear o pânico por terem dito a várias pessoas que não permanecessem perto do depósito de munições onde já se verificara uma explosão..."

(in "L'Humanité", 30 de Novembro de 67)

O MOVIMENTO PELA AMNISTIA NA SUIÇA

A censura, que já era bastante severa em Portugal acaba de ser reforçada; com efeito, desde Março de 1967 todas as obras literárias que possam fazer alusão à política devem ser submetidas ao governo antes de serem publicadas. Mais grave ainda é o decreto do qual o jornal "Monde" se fez eco recentemente e que permitirá ao governo português encarcerar os prisioneiros políticos no campo de concentração do Tarrafal, onde as condições de detenção são mais duras ainda do que as que vigoram nas outras prisões portuguesas e que, aliás, já foram denunciadas como escandalosas por vários juristas franceses e belgas.

São dois factos, entre outros, que o Movimento Suíço pela Amnistia aos Presos e exilados políticos portugueses deseja fazer conhecer e para esclarecimento dos quais convocou uma conferência de imprensa terça-feira à tarde. Este movimento organizou uma mesa-redonda para as liberdades em Portugal que se realizará a 3 e 4 de Fevereiro de 1968, em Lausanne, com o fim de pôr em contacto Suíços dos meios mais diversos com cidadãos portugueses no exílio.

O Movimento Suíço para a Amnistia em Portugal tem três objectivos bem precisos: informar as pessoas sobre a situação em Portugal, que é um país à margem da Europa pelo seu sistema político anti-democrático e pela sua situação económica de Estado sub-desenvolvido onde o nível de vida é muito mais baixo do que o de Espanha ou da Turquia; procurar ajudar os trabalhadores portugueses no estrangeiro e as famílias atingidas pelas prisões em Portugal; provocar uma reacção da parte dos cidadãos suíços. A este respeito diz-se frequentemente que os protestos não dão grande resultado, mas quanto a isto enganam-se, afirma M. Olivier Pavillon, porque o movimento de protesto é internacional e não deixa indiferente o governo salazarista. O governo foj, de facto obrigado a melhorar as condições de detenção de vários presos em consequência de protestos e foi mesmo, obrigado a libertar vários presos.

É por todas estas razões que é necessário criar uma corrente de simpatia, procurando que os suíços trabalhem de forma a que uma pressão se exerça e que Portugal não continue a dizer que o campo do Tarrafal não existe, mas que efectivamente faça desaparecer essa instituição da qual muitas pessoas têm a prova de que é igual aos campos tristemente célebres dos nazis."

(Daniel Martin, in "Tribune de Genève", 26-10-67)

Inácio Palma em liberdade

O Tribunal de Recursos de Paris recusou, no dia 5 de dezembro, a extradição de Inácio Palma, autor do assalto à sucursal do Banco de Portugal na Figueira da Foz, em 17 de maio passado.

Salazar falhou, pois, mais uma vez na tentativa de exportar os seus métodos policiais para o estrangeiro: os juizes franceses deram o assunto por encerrado, considerando que o assalto foi praticado com objetivos puramente políticos, não se justificando de forma nenhuma a extradição pedida pelo salazarismo. Inácio Palma, que fora prêsno no aeroporto de Orli em 2 de agosto, saiu pois em liberdade, depois de ter cumprido 4 meses de prisão... por não ter licença de porte de arma.

Pela amnistia e contra a repressão

MÁRIO SOARES PRESO

No começo da tarde do dia 13 de dezembro a PIDE prendeu, pela 13.ª vez, o dr. Mário Soares, destacado dirigente da Oposição Democrática, no seu escritório de advogado, na rua do Ouro, em Lisboa. Também no mesmo momento e no mesmo local foi detido um empregado do seu escritório. À mesma hora, outra brigada da PIDE fazia uma minuciosa busca na sua residência, ao Campo Grande.

À medida que as dificuldades internas e externas se acumulam, o fascismo salazarista é levado a intensificar a repressão em todos os sectores da vida nacional. O desespero toma conta de um regime moribundo. Mas a liberdade e a democracia serão conquistadas, apesar das ameaças, das prisões, dos assassinatos.

DETIDO O DIRECTOR DA DEMOCRACIA DO SUL

Foi preso em Évora o jornalista Aníbal Queiroga, diretor do conhecido periódico Democracia do Sul, órgão republicano do Alentejo, que sempre tem defendido os interesses dessa província. Por várias vezes a PIDE e a Censura têm procurado calar a Democracia do Sul, essa voz da liberdade em terras alentejanas. A prisão de Aníbal Queiroga representa mais uma tentativa de intimidação feita aos democratas do Alentejo.

HELENA NOALES EM LIBERDADE

Foi finalmente posta em liberdade, em 17 de novembro, Maria Helena Noales. Já nos referimos anteriormente ao caso de Maria Helena, que a PIDE prendeu e submeteu durante oito dias e oito noites à tortura do sono unicamente por ser a viúva do valoroso combatente anti-fascista Alfredo Noales, recentemente falecido.

"Portugal Democrático" é uma tribuna ao serviço da liberdade. Promover a sua expansão em Portugal é prestar um serviço à luta pela libertação.

LIBERTADO AGOSTINHO SABOGA

O valoroso combatente democrático Agostinho Saboga, que se encontrava preso no reduto sul de Caxias foi há dias libertado. O seu estado de saúde é bastante precário. Agostinho Saboga tinha terminado a pena a que fora condenado em dezembro de 1964, tendo pois cumprido além disso três anos de "medidas de segurança". Os círculos democráticos atribuem a sua libertação à campanha que, nesse sentido, se fez ultimamente, tanto em Portugal como no estrangeiro.

AGRAVADAS AS CONDIÇÕES PRISIONAIS

O Reduto Norte de Caxias em que se acham presos dezenas de democratas portugueses acha-se submetido a um regime duríssimo, sob muitos aspectos ainda pior do que o da sinistra fortaleza de Peniche. A alimentação é péssima, e são numerosos os casos de intoxicação alimentar ali verificados. Foram suspensas totalmente as visitas em comum. Mesmo os advogados devem falar aos seus constituintes no parlatório. A assistência médica é também deplorável. Os dois médicos de clínica geral, Barata e Magalhães, são autênticos funcionários da polícia, pondo o serviço desta acima dos mais elementares deveres da deontologia. São eles que na sede da PIDE indicam à polícia se o preso aguenta ou não, sem morrer, a continuação das torturas.

PRISÃO DO DR. HUMBERTO SOEIRO

Foi preso em 15 de novembro na fronteira de Vilar Formoso o conhecido democrata bracarense dr. Humberto Soeiro. Foi transferido para a sede da PIDE no Porto. A Ordem dos Advogados está tentando saber qual o motivo da prisão.

JULGAMENTO DE PRÊSOS POLÍTICOS EM TRIBUNAL COMUM

Começou no dia 2 de novembro em Sintra o julgamento em tribunal comum dos dirigentes da F.A.P. É opinião generalizada dos círculos políticos que após este julgamento em tribunal comum, sumamente ilegal, os presos serão transferidos para uma prisão da comarca, sendo assim desvinculados do processo político a que tinham direito pelo tipo de atividades que os levaram a Tribunal. Trata-se

de mais uma manobra do salazarismo que deve ser desde já denunciada veementemente. Pulido Valente, Ruy d'Espiney e Martins Rodrigues, acusados da liquidação de um agente da PIDE, praticaram um delito político. É nesta condição que têm estado presos na Fortaleza de Peniche e em Caxias. É, portanto, nesta condição que devem ser julgados.

VIOLÊNCIA CONTRA A ESPÔSA DE J. BERNARDINO

Foi presa dentro da cadeia de Peniche, quando ali fora visitar o marido, Maria Manuela Cruz Bernardino. Depois de cinco dias de tortura do sono foi finalmente posta em liberdade. Como se sabe, trata-se da mulher do conhecido dirigente académico José Bernardino, preso há cinco anos e pela libertação do qual tanto se tem empenhado a juventude de todo o mundo. Em Portugal, logo após a prisão de Manuela Bernardino, foram enviados à Polícia telegramas assinados por mais de uma centena de estudantes. Este fato e a perspectiva da campanha internacional que certamente se faria, contribuíram para a sua rápida libertação.

DEMOCRATAS LIBERTADOS

Foram postos ultimamente em liberdade Natália David, Vilaverde Cabral e Mariana Janeiro. Mariana foi deixada à porta de uma pessoa da sua família, na Cova da Piedade, no dia 23 de novembro, em estado quase irreconhecível, não se apercebendo onde estava, nem se recordando de quem a tinha transportado e mal reconhecendo as pessoas amigas. Só se recorda que foi agredida logo no primeiro dia de prisão (a 7 de julho), de tal modo que a PIDE chegou a pensar que lhe tinha fraturado um braço. Andaram com ela de rastos pelo chão e a maior força das pancadas foi na cabeça. Receando qualquer desfecho fatal a PIDE largou-a então de madrugada à porta da família. Os médicos que a estão tratando ainda se acham inquietos quanto ao seu estado.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO

SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

O OBSCURANTISMO SALAZARISTA - XVII

Zaluar Nunes

Joaquim Barradas de Carvalho

Nunes", nesta mesma Universidade.

Atacado há quase dois anos por doença incurável, Zaluar Nunes tentou até aos últimos meses de vida participar em Congressos de Matemática, deslocando-se penosamente entre vários Estados e cidades do Brasil. Nos seus últimos dias de vida regressou a Lisboa, a sua cidade, a cidade de sua predileção, para ali morrer.

O professor Manuel Zaluar Nunes nunca foi um militante político. Foi um professor universitário de alto nível, foi um grande animador dos estudos matemáticos em Portugal e fora de Portugal. O caso do professor Zaluar Nunes é uma das mais gritantes acusações que se pode e deve fazer ao hediondo obscurantismo reinante no Portugal de Salazar. A sua grandeza esteve sempre em nunca lamentar a sua sorte: atirado para o exílio por ensinar matemática, em nível excepcional, na Universidade de Lisboa; atirado para o exílio por pensar que o trabalho científico não se coaduna com o despotismo, mas sim com a liberdade...

O rei é pai...

(Continuação da pág. 2)

interesse é aquela que nos esclarece que o "Pai não precisa ser gênio"; na prática isto quer apenas dizer que qualquer atrasado mental (e quantos exemplos a História nos dá neste campo...) pode ser o "chefe escolhido", pois, sendo embora — desculpem-me o plebeísmo — uma cavalgadura, sempre será melhor que o tutor!!!

Pipocas, como se diz no Brasil! Pipocas para a Liga, para o sr. Carvalho e para a sua Sociologia (ou será Suciologia?). Não há realmente como os países subdesenvolvidos para "desarrancarem" idéias deste tipo; se Portugal não tivesse visto quebrados os rumos da sua História pelo golpe do 28 de Maio e hoje, livre e respeitado — ao invés de manietado e objeto de troça — pudesse ombrear com as outras Nações que, felizmente para elas, não vivem no regime feudal de um "Estado Novo", o aparecimento dum sr. Carvalho como este não seria possível. Mas, que vamos fazer? Se a França teve, em prisões, os "Camelots du Roi" porque não podemos nós ter, desgraçados que somos, os "Filhos... do Rei"??...

(Contínua)

b) Que ca, a relação intermédica de dispêndio sedic

c) Que ca dir país go de lonial cular deral de Sa

d) Que ca ad para recor de 1 XXII Nação das a sangô cusa denc que do-se das Cons Gera

O do prof. R. idato i na e p ões de

Pelo MOCRR Joaquim Miguel tor Ra Helder

Pela TICA I os Vi Henrique Vêrio, J Humberto Martinho Pe Mário ria Iro

Pelo CANO Neves. muel S Alfred xandro Silva

Pelo TUGU Mercê Jaime muel N

Pelo CRAT RECI b Fez

Pela PORT mes d Costa dade, Marti

TORC Pel DIAN CIAT Godin Carlo no S Mari no. do Gr Finto

CONJUNTURA PORTUGUESA - IV

Quem manda em Portugal?

O MEMORIAL À ONU

(Continuação da pág. 1)

b) Que o Conselho de Segurança, a exemplo do que fez em relação à intervenção do governo de Lisboa nos negócios internos do Congo-Kinshasa, condene severamente o apoio dispensado por Salazar aos sediciosos de Biafra;

c) Que o Conselho de Segurança dirija nova advertência aos países que sustentam o esforço de guerra do fascismo colonialista português, e, particularmente, à República Federal Alemã, principal aliada de Salazar;

d) Que o conselho de Segurança adote as medidas necessárias para que, de acordo com o recomendado pela Resolução de 17 de Novembro p.p da XXII Assembleia Geral das Nações Unidas, sejam aplicadas ao governo de Salazar sanções, em vista da sua recusa em conceder a independência às nações africanas que vem oprimindo, negando-se a tomar conhecimento das recomendações desse Conselho e da Assembleia Geral.

O documento é assinado pelo prof. Ruy Luís Gomes, ex-candidato à presidência da República e pelas seguintes organizações democráticas portuguesas:

BRASIL

Pelo jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Augusto Aragão, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Ramos, Manuel Moura e Helder Costa.

Pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA: Francisco Vidal, José Bodas, Mário Henrique Leiria, Joaquim Quilério, Joaquim José, M. Tavares, Humberto Silva, José Fonseca Martins, Herlander Gomes, Júlio Pereira, Manuel Rocheta, Mário Pinto, Maria Archer, Maria Irolinda.

Pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS: Carlos A. Neves, Alexandre Pereira, Manuel Soares, Fernando Ramos, Alfredo Masson, Lenine Alexandre, Manuel Rodrigues da Silva e Abílio Rodrigues.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RIO: Eugénio Mercês, Raul Mendes Silva, Jaime Salvino, José Bastos, Manuel Neto.

Pelo GRUPO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RECIFE: José Morgado e Angela Ferreira da Silva.

VENEZUELA

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA: Antonio Gomes da Silva, João Lopes, José Costa Lopes, Fernando Natividade, Martinho Silva e Antonio Martins.

CANADA

TORONTO:

Pela PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION: José Perdigão, José Godinho, Júlio Ricardo Félix, Carlos Pinto, Fátima Pinto, Mário Soares, Francisco Gregório, Maria Bernardo, Didimo Godinho, Maria Conceição, Almerinda Godinho, José Correia, Frank Pinto, Maria Alves, Tony Godi-

nho, Antonio Estêvão, Walter Perdigão, Maria Manuela A. Rodrigues, Maria Filomena Costa, Estêvão Gago, Maria Moura, Joaquim Costa, Mário Andrade, J. Vieira, Maria Luiza, Maria Vitória, Faustina Banza e Joaquim Alves.

MONTREAL:

Amélio dos Santos, Aurília dos Santos, Henrique Tavares Bello, Custódio Carrusca, Alberto Martins, Domingos Gomes, Joaquim Domingos Maria, José Mateus, Manuel Barreira da Costa, Luis Barbosa, Cunha Viana, Antonio Lourenço, Sebastião Pereira, Antonio Cadete, Moisés da Silva, Helena Carrusca, Protásio da Silva, Mário Sequeira, Henrique Domingos, Natalino J. Azevedo, Luis Rodrigues, António Silva, Eurico Delgado Nunes, Carlos da Silva, Aguilaldo da Silva, Firmino Rita, Francisco dos Santos, Francisco Conceição Santos, Jaime Monteiro, José Beato, José Cadete, António L. Petulante.

ESTADOS UNIDOS

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DOS ESTADOS UNIDOS: Francisco Aleixo, Ana Melo, Sérgio Melo e Margarida Aleixo.

ARGENTINA

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DE MAR DEL PLATA: José de Jesus Pina.

URUGUAI

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA: Joaquim Lopes Mendes e Aurélio Martins.

OS SOFRIMENTOS DOS FERIDOS DA GUERRA COLONIAL

LISBOA (Do Correspondente) — As últimas notícias de África, trazidas pelos soldados feridos em combate ou vítimas de graves doenças tropicais, contribuíram para um aumento da já elevada percentagem de refractários. Os mancebos convocados ou fogem para o estrangeiro clandestinamente ou desaparecem pura e simplesmente das suas aldeias ou locais de trabalho, negando-se a atender a convocação. Em certos distritos, como o de Aveiro, as autoridades, alarmadas com o êxodo dos jovens, recusam-se a conceder passaporte de turismo a todo o rapaz que já tenha completado 16 anos.

Em Lisboa, apesar do silêncio dos jornais, sabe-se já que a bomba que explodiu nos arredores de Bissau, a 5 de Outubro, fez cinco mortos e vinte e cinco feridos entre as tropas portuguesas. Os feridos ficaram horrivelmente queimados e contam que o moral da guarnição desceu muito, pois lhes haviam garantido sempre que Bissau era invulnerável e que ali o PAIGC nunca entraria. Os fatos provaram, pelo contrário, que a rede de ligações do partido de Amílcar Cabral é cada vez mais densa e eficiente na própria capital da colónia.

Todos os meses aterram em Lisboa aviões especiais com feridos graves, evacuados das frentes de batalha. Quando chegaram desta vez as vítimas da explosão de Bissau, um correspondente da Reuters assistiu ao desembarque. Como a polí-

Associados ao imperialismo estrangeiro os monopólios portugueses poderão ter só 25% dos lucros totais, mas, como a exploração em conjunto permite arrancar aos trabalhadores portugueses muito maior volume de trabalho não pago, esses 25% serão muito superiores à totalidade do lucro que sózinhos poderiam obter. Pois não vale um quarto de carneiro muito mais que um coelho inteiro? Que em Portugal mandem os portugueses ou mande os estrangeiros, não tem qualquer importância para os dirigentes fascistas. É mais do que justo, é mais do que lógico que seja o mais forte a mandar mais" ("Fundexport", 20-9-1964).

Tal a voz dos grupos monopolistas portugueses, cujo único objectivo é o único sentimento

é o lucro. Tal a voz da traição nacional daqueles que hoje comandam a política portuguesa.

Veze sem conta as organizações populares e progressistas portuguesas têm salientado que o imperialismo estrangeiro tem já nas suas mãos ou domina recursos fundamentais e ramos fundamentais. Minas, transportes, comunicações, estaleiros, petróleo, electricidade, siderurgia, cimento, vidros, louças, adubos, pneus, cortiças, papel, refinação de açúcar, tabacos, lacticínios, especialidades farmacêuticas, etc.

Essa posição dominante continua a fortalecer-se rapidamente nos ramos novos de actividade económica, na exploração de novos recursos.

É característico o que se passa com o turismo, no qual os fascistas projectam a completa substituição dos capitais portugueses por capitais estrangeiros ("Plano Intercalar" vol.1, pág. 434). No Alentejo Litoral, os alemães tomam rapidamente conta das melhores praias. No Algarve, só na região de Faro o grupo hoteleiro inglês "Trust Houses" construirá 3 hotéis, casas de campo, recintos desportivos. De mistura com o turismo, os ingleses (Mason and Barry) tomam conta dos Estaleiros Navais (ESNAR), instalam-se em Vila Real de Santo António, compram terrenos em Santa Bárbara de Nexe. A entrega do Algarve aos imperialistas é tão evidente e escandalosa que até na Assembleia Nacional um orador foi levado a confessar: "Daqui a pouco temos aquela linda província hipotecada aos americanos, ingleses e alemães" ("República", 18.2.1965).

Para tentar tapar a sua política de entrega ao imperialismo estrangeiro, o governo fascista fez há meses grande estardalhaço com aquilo a que chamou a "nacionalização" da Companhia dos Telefones (APT), a realizar em 1 de Janeiro de 1968. Poderá talvez vir a ser integrada no "património do Estado". Mas nada garante que não possa vir ainda a ser feita concessão a qualquer empresa "mista", onde grandes monopólios internacionais continuem a mandar.

Para já, o governo em nada defendeu os interesses nacionais. O que fez foi prestar mais um serviço aos capitalistas ingleses. Durante 80 anos, a Companhia dos Telefones (inglesa) obteve lucros chorudos, à custa da exploração dos operários e empregados da Companhia e das extorsões feitas à população através dum serviço caro e mau. Chega ao fim a concessão. Os bens da Companhia deveriam reverter para o Estado. Mas os ingleses não estão dispostos a cumprir as cláusulas da concessão e fazem chantagem. No fim de contas, dão ordens ao governo de Salazar, que aceita humildemente o aumento escandaloso das tarifas das comunicações telefónicas, para que os ingleses possam cobrir com esse aumento os gastos a que estavam obrigados até o fim da concessão; o encargo para o Estado, a partir de 1967, de pagar juros e empréstimos contraídos pela Companhia; a decisão de pagar à

Companhia uma "indenização" que se diz ter sido fixada em cerca de 1,5 milhão de contos...

Se fôsse uma "nacionalização" correspondente aos interesses nacionais, os ingleses não deixariam de protestar. Se se tratasse de uma ameaça aos interesses dos capitais ingleses, as acções da Companhia desceriam a pique na Bolsa de Londres. Nada disso se passou. Os ingleses esfregam as mãos com o negócio. Na Bolsa de Londres logo depois da declaração do governo português, as cotações das acções da Companhia não baixaram, mas subiram. A apregoada "nacionalização" da APT está sendo e será de certeza em benefício do imperialismo estrangeiro e em prejuízo dos interesses portugueses.

O governo fascista ao serviço dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) continua assim a sua obra de traição nacional. Os grupos monopolistas tornaram-se agentes da dominação imperialista sobre Portugal.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º
CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712
LONDRINA: Junio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141
PELOTAS: Héitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese and Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8
BRUXELAS: Carlos Figueira — rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3
HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.
CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário
A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15. P.Q.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo
CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Úrad/Tindrišská UL. C.14 Štránka 646 — Praha 1
Tohecoslovaquie
FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democráticos
FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democráticos — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França
REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248
Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.
EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NC: 2,00
Assinatura anual NC: 3,00

ANO XII - N.º 125 - JANEIRO/1968

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte da sua exclusiva responsabilidade.

Escândalo de Corrupção de Menores Abala o Governo de Salazar

O artigo que abaixo transcrevemos, assinado por Barry O'Brien, causou sensação em Inglaterra. O "Sunday Telegraph" é a edição dominical do "Daily Telegraph", um dos órgãos da imprensa conservadora da Grã-Bretanha que, de modo mais ostensivo, tem apoiado o fascismo português.

"Um sério escândalo político, no qual estão implicados ministros, eminentes banqueiros e aristocratas de Lisboa e "call-girls" adolescentes, está ameaçando o velho regime de 41 anos do dr. Oliveira Salazar.

São insistentes, nos círculos diplomáticos e jurídicos de Lisboa, rumores de que o ditador português, de 76 anos de idade, mandou pessoalmente arquivar o processo contra pelo menos um ministro e diversas figuras proeminentes do "regime", acusados de corrupção de menores.

O "affaire" foi rigorosamente abafado, diante do temor das suas consequências para um regime apresentado ao povo como incorruptível, num país profundamente católico.

AS MENINAS REVELAM NOMES

Entretanto, a despeito da severa censura à imprensa, o caso transpirou e passou a ser muito comentado. Isto ocorreu devido ao grande número de pessoas interrogadas durante os inquéritos policiais, além do envolvimento de advogados — alguns deles hostis ao regime —, que foram convocados a título profissional.

O escândalo está sendo considerado como a razão da súbita e misteriosa renúncia do ministro da Justiça, dr. Antunes Varela. Acredita-se que ele teria aprovado o processo, demitindo-se como protesto quando o caso foi arquivado.

De acordo com as versões correntes em Lisboa, o caso veio a público durante o julgamento de uma prostituta. A polícia criminal, que pertence à jurisdição do Ministério da Justiça, descobriu que a mulher fazia parte de uma rede de corrupção, a qual incluía adolescentes

que, interrogadas, apontaram entre seus clientes eminentes homens públicos.

Advogados com quem conversei contaram-me que um eminente industrial foi detido por dois dias, sendo então libertado pela polícia. O empresário foi forçado a exonerar-se do cargo de diretor da firma, mas os demais envolvidos não foram até agora atingidos pelo escândalo.

Nenhuma referência às personalidades envolvidas foi feita durante o julgamento da prostituta, mas os advogados de Lisboa afirmam que o testemunho dos menores permanece no "dossier" entregue ao juiz. Afirma-se que o dr. Varela classificou o processo como de "prima facie", ou de culpa evidente.

O PAPEL DAS MÃES

O escândalo deve-se não tanto às alegações imputadas às raparigas, que poderiam afinal revelar-se infundadas, mas sobretudo ao arquivamento do processo, num esforço para proteger membros do grupo que controla a economia de Portugal.

Um eminente advogado anti-salazarista asseverou-me: "Se houvesse opinião pública e imprensa livre em Portugal, o "affaire" teria derrubado o governo".

Um aspecto bizarro do caso é que algumas das moças, segundo certas versões, foram levadas à prostituição por suas próprias mães, que tiravam proveito dos ganhos imorais das filhas.

O original processo foi aberto pela mãe de uma das raparigas, que não lhe entregava a comissão combinada.

Os grupos anti-salazaristas não puderam explorar o escândalo totalmente, devido à sua falta de organização e por causa da severa censura à imprensa, em Portugal. Outra razão foi o medo à Polícia Política e aos seus informantes. Mas opositores ao regime remeteram notícias sobre os acontecimentos para grupos anti-salazaristas em Paris, e uma nota foi publicada no semanário francês "Jeune Afrique".

A revista, que é impossível encontrar em Portugal, cita informações sobre o dr. Varela, cuja renúncia teria ocorrido devido ao engavetamento do processo, e menciona o nome de um conhecido ministro como um dos homens implicados.

ADVOGADO ACUSADO

Dois outros ministros também têm sido mencionados em Lisboa como implicados no caso. Os informes receberam indícios posteriores que os parecem confirmar. Um advogado lisboeta teria sido acusado de obstruir os inquéritos policiais, ao induzir uma testemunha a contar uma história inverídica.

Existe um homem que, mesmo não pertencendo ao pequeno círculo oficial onde o caso é conhecido, está a par de todos os acontecimentos nos bastidores do "affaire" e teria lido o processo secreto da polícia. Trata-se do dr. Joaquim Pires de Lima, advogado de grande repu-

tação e sobrinho de um antigo professor de Direito Civil na Universidade de Coimbra, o dr. Fernando Pires de Lima.

O dr. Joaquim Pires de Lima possui um escritório com vista panorâmica para o Atlântico, na praia de Cascais, próximo do Estoril, frequentado por milionários. Afirma-se que ele foi contratado como consultor legal por uma das adolescentes investigadas pela polícia. É tido como opositor ao regime, mas sua família mantém relações pessoais de amizade com Salazar. Acredita-se que ele prestou assistência à polícia durante as investigações. Em seu palacete na estância balnear da Parede, também próxima do Estoril, o advogado recusou-se, na noite passada, a falar sobre o caso. O causídico disse, com dignidade: "Não posso dar-lhe qualquer informação. Oponho-me ao regime mas não posso trair meu país".

O dr. Antunes Varela, o ministro que se demitiu, também mantém um silêncio total. Causou sensação quando, ao renunciar, fez críticas ao governo. Foi a primeira vez que tal coisa aconteceu, mas em suas críticas não fez referência ao processo arquivado.

O dr. Varela foi ministro da Justiça durante três anos. Antes de sua nomeação em 1954, aos 35 anos de idade, foi assistente do dr. Fernando Pires de Lima, na Universidade de Coimbra. Agora, aos 48 anos, retorna a Coimbra, como professor de Direito Civil.

Na Universidade, o dr. Varela recusou-se a ver-me. Seu assistente declarou: "O dr. Varela pede-lhe que o desculpe. Está muito ocupado".

Foi das alturas académicas de Coimbra que o dr. Salazar, ele mesmo advogado, desceu para salvar Portugal do caos de um governo republicano, em 1926, e a Faculdade de Direito da Universidade tem fornecido, desde então, o cerne dos governos portugueses.

CANDIDATO À SUCESSÃO

Antes de sua demissão, o dr. Varela foi muito falado como sucessor potencial do dr. Salazar. Afirma-se que ele retor-

Natal do Prêso Político

Publicamos abaixo a relação dos últimos donativos recebidos para o Natal do Prêso Político, tradicional iniciativa do nosso jornal.

Transporte	350,00
J. Tavares	5,00
Jaime A. Gonçalves	10,00
Francisco S. Gomes	10,00
João Pinto	5,00
Francisco O. Lopes	10,00
José Protásio	4,94
Amélio dos Santos	7,41
João da Serra	20,00
Venda de quadros	120,00
A transportar	542,35

nou a Coimbra com o objetivo de fortalecer sua posição para um eventual retorno a Lisboa, como chefe do Governo.

Entretanto, existe também a opinião de que devido à sua aprovação ao processo sobre o "escândalo da corrupção" e às críticas públicas feitas quando da demissão, em que atacou a desigualdade de riquezas em Portugal e a falta de uma lei que defina os direitos da imprensa, sua carreira pode ser considerada como encerrada.

Enquanto isso, o "dossier" secreto permanece como uma ameaça potencial ao governo. Acredita-se que esteja em poder de um juiz do Tribunal Criminal, caso não tenha sido ainda destruído.

(in "Sunday Telegraph, Londres, 1.ª página, 10 de Dezembro de 1967).

Apelo da F.P.L.N. aos desertores

Com o objectivo de recolher elementos que lhe permitam intensificar a acção de esclarecimento e mobilização contra a política colonial salazarista, a Frente Patriótica de Libertação Nacional dirigiu um apelo a todos os desertores e refractários do Exército colonialista, pedindo-lhes que entrem em contacto com ela, colaborando na grande campanha de denúncia dos crimes praticados nas guerras de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Na circular que editou, a F.P.L.N. lembra que cada um desses jovens tem uma história a contar, que cada depoimento é uma acusação directa à política do governo fascista e colonialista de Salazar. E, salientando que é da máxima importância recolher o maior número possível de relatos das experiências vividas por cada um desses jovens portugueses, pede, concretamente:

- a) que os próprios lhe enviem os seus depoimentos escritos ou gravados;
- b) que os grupos de trabalho recolham o maior número possível de depoimentos ou peçam aos jovens com quem contactam para que lhes enviem directamente;
- c) que em relação a cada documento seja esclarecido se o mesmo pode ser utilizado publicamente.



Aspecto de um prédio em ruínas, na localidade de Odivelas, após as dramáticas inundações de novembro, em Lisboa e arredores, tragédia cujos prejuízos devem exceder a dois milhões de contos, segundo as primeiras estimativas recebidas de Portugal. Os estudantes da Universidade de Lisboa, ante a proibição da censura, impedindo os jornais de divulgarem o resumo de uma conferência de imprensa que haviam realizado, distribuíram um comunicado às agências noticiosas internacionais, acusando o governo de "inércia e ineficácia" ante os acontecimentos.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 - Sp, Brasil
Endereços de Assinantes